



Opinião Econômica

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ



Tragédias no exterior podem ajudar na reconstrução do RS

Podemos aprender com erros e acertos de experiências como o furacão Katrina

Os efeitos econômicos de desastres naturais podem ter dono ou não. Não me interessa muito, neste momento, buscar culpados. Como muitos brasileiros, admito quem está fazendo o máximo para ajudar e espero muito mais das esferas governamentais. Obrigado a todos os brasileiros que estão doando, dos mais pobres às celebridades, que estão gastando tempo e dinheiro tentando fazer algo.

Como analista, me preocupo com a reconstrução de Porto Alegre e outras cidades. E, sim, partes de muitas cidades precisam ser reconstruídas, não na sua essência, mas em infraestrutura e organização para sobreviver aos próximos desastres, alguns que serão inevitáveis. E podemos aprender com

os erros e acertos de experiências internacionais, como as dos furacões Katrina e Rita, que devastaram Nova Orleans e outras cidades em 2005.

O Estado americano colocou montanhas de dinheiro para a reconstrução. De acordo com Kevin Gotham, de 2005 a 2011, o programa GO Zone entregou US\$ 23 bilhões em subsídios livres de impostos para famílias e empresas nas áreas afetadas. Além disso, O Departamento Federal de Desenvolvimento Urbano investiu mais US\$ 19 bilhões para apoiar a reconstrução de infraestrutura.

O problema foi a falta de planejamento desses programas. O dinheiro não foi alocado de forma eficiente, muitas vezes indo para áreas pouco afetadas. A maior

parte dos subsídios comerciais foi para as grandes empresas, as que precisavam menos de ajuda.

Houve também muitos gastos ineficientes regionalmente. Webster e Adelson mostram, em uma análise de 92 mil subvenções, que o principal programa do departamento federal, Road Home, entregou para os bairros mais ricos mais dinheiro do que precisavam e deixou as áreas mais pobres com muito menos recursos do que necessitavam. Para ter uma ideia, se as famílias nas áreas mais pobres tivessem recebido os mesmos recursos, cada uma teria recebido, direta ou indiretamente, mais US\$ 18 mil.

Pelo menos há esperança em relação ao mercado de trabalho. Estudos de Groen e Polivka, Zis-

simopoulos e Karoly e Brown e coautores mostraram que efeitos sobre o desemprego local duraram somente cerca de um ano nos estados da Louisiana e do Mississippi, com número de postos de trabalho e desemprego no nível pré-Katrina depois disso. Ainda assim, os efeitos de curto prazo foram grandes, com número de empregos formais caindo 35% em Nova Orleans e 12% em todo o estado da Louisiana.

No Brasil, muitas vezes o sujeito é indeterminado. Problemas não têm donos e ninguém coloca a cara a tapa para admitir erro. Em casos de desastres naturais, às vezes não há mesmo o que fazer, embora haja como se preparar minimamente (o que o governo do Rio Grande do Sul

parece não ter feito).

Mesmo que a prevenção completa não seja possível, é ainda mais importante ter processos para lidar com as consequências. Precisamos de recursos robustos para as comunidades do Rio Grande do Sul quando o pior da crise passar, para ajudá-las a se reerguer. No mínimo, precisamos aprender com os erros dos outros.

É possível fazer direito, limitando os danos de longo prazo e ajudando os mais pobres (renda diretamente para eles é sempre o melhor remédio). O problema é que vão aparecer abutres em cima de qualquer dinheiro para o Sul.

Que desta vez eles não consigam e tenhamos uma resposta que seja tão forte quanto as de quem tem ajudado. De verdade.

minuto
VAREJO



Patrícia Comunello

Leia diariamente as novidades sobre o varejo, novos empreendimentos e muito mais, na coluna Minuto Varejo.



CMN prorroga dívidas de produtores rurais até 15 de agosto



Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

Em reunião extraordinária realizada na noite de sexta-feira, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu que todas as parcelas vencidas e vincendas entre 1º de maio e 14 de agosto do crédito rural, custeio, investimento e comercialização sejam prorrogadas até 15 de agosto. O órgão autorizou que as instituições financeiras façam o alongamento dos prazos de forma automática, sem necessidade de o tomador assinar qualquer aditivo ao contrato.

A medida visa a minimizar os prejuízos causados aos produtores rurais e agricultores fami-

liares atingidos pelos fenômenos climáticos adversos ocorridos em municípios do Rio Grande do Sul, com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública no período de 30/4 a 20/5/2024, reconhecida pelo governo federal, em decorrência de enchentes, alagamento, chuvas intensas, enxurradas, vendaval, deslizamentos ou inundações, diz nota do Ministério da Fazenda.

As operações de crédito rural serão corrigidas pelos encargos financeiros contratuais pactuados para a situação de normalidade, podendo ser mantidas as fontes de recursos contratadas. No caso das operações com recursos controlados, podem ser prorrogadas aquelas que estavam adimplentes em 30/4/2024.

A suspensão dos pagamentos foi um dos pleitos apresentados pela Federação da Agricultu-

ra do Rio Grande do Sul (Farsul), Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS) e outras entidades em reunião virtual com os ministros Carlos Fávaro, da Agricultura e Pecuária, e Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, na última quarta-feira. “Há produtores que, se não receberem recursos a fundo perdido, não irão se recuperar”, diz o presidente da Farsul, Gedeão Silveira Pereira. Conforme o dirigente, uma rolagem generalizada das dívidas precisa ser adotada.

O anúncio já é uma grande vitória, para o presidente da Fetag, Carlos Joel da Silva. “Reconhecemos a agilidade do governo com esta medida e entendemos que temos condições de avançar mais. A agricultura familiar está gravemente abalada”, disse.

Parlamento e entidades levarão pautas ao Ministério da Agricultura

Uma pauta unificada para atender demandas emergenciais de agricultores e da agroindústria deverá ser apresentada ao ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, na próxima semana, em encontro que deverá ocorrer no Rio Grande do Sul. O tema foi alinhado em reunião virtual proposta pelos deputados Elton Weber (PSB), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária Gaúcha; e Luciano Silveira (MDB), presidente da Comissão da Agricultura da Assembleia Legislativa; da qual participaram representantes de 10 entidades de agricultores e setor agroindustrial. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adolfo Brito (PP), participou da reunião, ocorrida na sexta-feira.

O documento deverá trazer as principais necessidades do segmento neste primeiro momento, diante da crise instalada a partir das enchentes que atingiram mais de 400 municípios do Esta-

do. O texto está sendo formulado pela Comissão de Agricultura da Assembleia, com base nos pleitos de cada entidade. A prorrogação de dívidas e a criação de crédito especial subsidiado para agricultores e setor agroindustrial estão no topo das prioridades.

“A pauta que os governos levarem adiante tem que conter as necessidades que as entidades pontuaram, pois estes segmentos alavancam a economia dos municípios, do Estado, garantindo a alimentação da população” resumiu Weber. Já o deputado Silveira pontuou: “Só quem pode reconstruir a nossa economia é a agropecuária, que representa 40% da economia do Rio Grande do Sul. Temos que discutir não apenas a parte econômica, mas também a parte social.”

Para o presidente da Fetag-RS, Carlos Joel da Silva, é preciso promover a securitização das dívidas das famílias com três anos de carência e 12 para pagamento.